

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), consolidando as administrações direta e indireta e compõem a Prestação de Contas 2017 à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em um ano atípico com três governadores: José Melo de Oliveira, no período de 01/01/2017 à 08/05/2017; David Almeida interinamente de 09/05/2017 à 03/10/2017 e Amazonino Mendes, após eleição suplementar, no período de 04/10/2017 à 31/12/2017.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Lei n.º 4.320/1964 e Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação em relação ao valor atualizado das receitas. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstra uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita (R\$ 16.153.261.362,19) e a dotação atualizada (R\$ 16.942.985.284,00)

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Os seguintes itens referentes ao balanço orçamentário merecem destaque:

- a.** As receitas arrecadadas são apresentadas líquidas de suas deduções. No exercício, o total de deduções legais para o FUNDEB foi de R\$ 1.749.765.072,13, afetando o valor das *receitas tributárias*, das *transferências correntes* e *outras receitas correntes*, que obtiveram a seguinte composição:

Descrição da Receita	Receita bruta arrecadada	Dedução da receita arrecadada	Receita Líquida arrecadada
Receita Tributária	9.046.455.087,45	-1.246.239.122,04	7.800.215.965,41
Transferências Correntes	5.190.497.287,77	-485.405.592,81	4.705.091.694,76
Outras Receitas Correntes	292.269.858,89	-18.120.357,28	274.149.501,61

Fonte: Anexo 10 e Sistema de Administração Financeira – AFI

- b.** As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 562.065.265,91 e R\$ 600.481.456,65, respectivamente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

ANO	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS
2017	562.065.265,91	600.481.456,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- c. O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 789 milhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, R\$ 578 milhões foram empenhados, conforme demonstrado no quadro seguinte.

DESPESAS EMPENHADAS COM FONTES DE SUPERÁVIT 2017		R\$
ITEM	2017	
Ordinários	276.842.131,18	
Vinculados	301.439.731,16	
Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	10.387.237,10	
Educação	8.309.983,88	
Saúde	37.955.064,25	
Operações de Crédito	199.777.301,88	
Convênios	39.745.055,18	
Outras Vinculações	5.265.088,87	
TOTAL	578.281.862,34	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- d. O saldo apresentado no Anexo I (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados) do Balanço Orçamentário no total de R\$ 35.330.312,68 representa o total de Restos a Pagar não Processados que permaneceram a liquidar ao final do exercício de 2017. Os restos a pagar não processados liquidados em 2017 que não foram pagos somaram R\$ 21.566.078,62 e não constam no saldo do referido demonstrativo, diferentemente do ano de 2016, em atendimento à alteração contida no quadro constante na 7ª edição do MCASP. Contudo, por ocasião dos procedimentos de encerramento do exercício, transferiu-se o saldo liquidado e não pago para restos a pagar processados, uma vez que já se encontram liquidados e carecem apenas de pagamento.

2.3 - Balanço Financeiro

Previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, este balanço demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Quanto aos recebimentos e pagamentos extraorçamentários consolidados, é relevante destacar os seguintes itens:

- a. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – o item apresenta a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais e depósitos judiciais.
- b. *Créditos a Receber* – estão representados neste grupo os valores de créditos decorrentes de alienação das entidades da administração indireta, cujo recurso encontra-se em poder do Tesouro estadual, assim como, valores de débitos financeiros e contábeis apurados em conciliação bancária.
- c. *Adiantamentos Concedidos* – engloba os valores de salário família e salário maternidade adiantados a servidores. Inclui, ainda, valores pagos a serem ressarcidos ao ente.
- d. *Investimentos* - apresentam-se a valorização e a desvalorização de títulos e fundos de investimento do RPPS.
- e. *Movimentações de Fundos Próprios e Operações Intergestora* - representa incorporações e desincorporações de saldos financeiros, respectivamente, decorrentes de ajustes efetuados no decorrer do exercício, sendo grande parte, ajustes de exercícios anteriores. Neste item há valores expressivos referentes a operações intra que foram excluídos da consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao orçamento estadual, especialmente pagamentos centralizados.
- f. *Demais Recebimentos e Demais Pagamentos* – encontram-se neste item consolidado valores referentes à compensação entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário, assim como valores creditados financeira ou contabilmente apurados como pendência em conciliação bancária.

Quanto aos saldos em espécie, importante destacar:

- a. Caixa e Equivalente de Caixa** - aqui vale destacar os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), demonstradas no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. Tratam-se de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo num montante de R\$ 2.723.481.064,02, pertencentes à Amazonprev. O valor é composto por aplicações em renda fixa do RPPS, Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro e Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS.

Importante ressaltar ainda que está incluída neste item a conta *Limite de Saque do SUS*, que representa valores a que as unidades de saúde possuem direito para executarem pagamentos de suas despesas com recursos reservados para essa finalidade nas contas do Fundo Estadual de Saúde, onde são contabilizados como *Recursos a Liberar do SUS*. O saldo representa valores pendentes de pagamento pelas Unidades diretas da área de Saúde. A criação dessas contas se deu em razão do TAC MPF/CGU/BB, para dar operacionalidade a pagamentos de despesas com recursos do SUS das Unidades Diretas da Saúde diretamente nas contas do FES. Cabe esclarecer que tal montante *não se apresenta no demonstrativo consolidado*, haja vista tratar-se de operação entre unidades gestoras (FES e unidades de saúde).

- b. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** – representam bloqueios judiciais em contas do Estado efetuados pela Justiça com saldo de R\$ 784.696,01 para o exercício seguinte e de R\$ 262.353.546,40 referente ao Fundo de Reserva, correspondente a 30% dos depósitos judiciais ou administrativos referentes a processos em que o Estado é parte, estabelecido pela Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015 e instituído pela Lei estadual nº 4.218, de 08.10.2015.

2.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2017. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e

quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

As notas explicativas sobre o balanço patrimonial, seguem elencadas nos tópicos abaixo:

2.4.1 - Créditos Tributários a Receber: R\$ 1.154.418.269,50, sendo R\$ 698.692.685,88 de Curto Prazo e R\$ 455.725.583,62 de Longo Prazo

Os créditos tributários por competência e as demais transações sem contraprestação (transferências e multas) encontram-se disciplinados na IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação: Impostos e Transferências (Revenue from Non-exchange Transactions – Taxes and Transfers). Os demais créditos encontram-se, principalmente, na IPSAS 9 – Receita de Transações com Contraprestação (Revenue from Exchange Transactions).

No curto prazo há registro de créditos a receber referentes a impostos e a contribuições sociais, já no longo prazo há apenas impostos.

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2017 foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos em 2017 e que ainda não se encontram em dívida ativa. Foi também atualizado o estoque de créditos a receber nas condições acima referentes aos exercícios de 2014 a 2016, conforme informações do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Os valores atualizados do estoque dos anos de 2014 a 2016 foram lançados como longo prazo e os de 2017 no curto prazo. Adotou-se o reconhecimento pelo procedimento periódico, ou seja, o saldo final.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - IMPOSTOS			R\$
FONTE	2017 CURTO PRAZO	2014/2015/2016 LONGO PRAZO	
ICMS	491.194.378,74	306.829.292,64	
IPVA	76.934.968,17	143.964.731,32	
ITCMD	3.586.422,17	4.931.559,66	
TOTAL	571.715.769,08	455.725.583,62	

Fonte: Memorando 57/2018 – DEARC/SER

No curto prazo, somam-se aos créditos a receber referentes a impostos as contribuições sociais a receber no valor de **R\$ 126.976.916,80**, sendo **R\$ 48.840.562,56** referente a contribuições previdenciárias dos servidores e **R\$ 78.136.354,24** referente a contribuições previdenciárias patronais, tanto do Fundo Financeiro quanto do Fundo Previdenciário.

2.4.2 – Clientes: R\$ 8.824.221,78

Neste item estão registrados valores referentes a faturas da Imprensa Oficial do Estado a receber de outros órgãos e entidades da Administração, consistindo numa operação intraorçamentária. Permanecem os mesmos valores de 2016

2.4.3 - Dívida Ativa tributária e não tributária: R\$ 5.288.416.450,17

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global periódico. O reconhecimento é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em virtude das particularidades administrativas e de sistemas de tecnologia da informação, a contabilização é feita de forma centralizada na UG 14102 – SEFAZ – CENTRALIZADORA.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar a realidade, as inscrições no exercício de 2017 foram contabilizadas como curto prazo no valor de R\$ 604.995.178,85, enquanto o saldo remanescente de exercícios anteriores, já atualizado, foi registrado no longo prazo pelo total de R\$ 4.683.421.271,32.

2.4.4 - Ajustes de Perdas de Dívida Ativa: R\$ 595.223.520,70 (curto prazo) e R\$ 4.604.020.463,70 (longo prazo)

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados prevista nos Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

1. média percentual de recebimentos passados;
2. saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média de recebimentos em cada exercício. Este cálculo resultou numa média de recebimento (ARRECADAÇÃO/ESTOQUE TOTAL) para a dívida ativa tributária de 1,79% e não tributária de 0,46%. As apropriações para curto e longo prazo obedeceu à proporção percentual dos valores inscritos no ano de 2017 como curto prazo e os demais para longo prazo.

CÁLCULO DA PROVISÃO PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			R\$
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ESTOQUE
2015	3.530.834.322,61	107.905.128,22	3,06
2016	4.330.131.517,92	28.197.325,54	0,65
2017	4.885.295.854,96	80.895.131,81	1,66
TOTAL	12.746.261.695,49	216.997.585,57	5,36%
MÉDIA			1,79%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa

CÁLCULO DA PROVISÃO PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			R\$
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ESTOQUE
2015	187.569.658,87	1.580.939,55	0,84
2016	311.864.767,45	887.076,71	0,28
2017	403.120.595,21	966.847,08	0,24
TOTAL	902.555.021,53	3.434.862,34	1,37%
MÉDIA			0,46%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa

Considerando os percentuais indicados acima, a provisão para perdas da dívida ativa tributária resultou em R\$ 517.205.754,79 para o curto prazo e R\$ 4.280.754.705,72 para o longo prazo, enquanto para a dívida ativa não tributária, o resultado foi de R\$ 78.017.765,91 no curto prazo e R\$ 323.265.757,98 no longo prazo.

2.4.5 – Imobilizado: R\$ 8.718.877.672,74

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 2017, da mesma forma que no ano anterior, destacamos acréscimo significativo no item Bens Imóveis, especialmente pela incorporação de obras em andamento no valor de R\$ 444.482.674,25. Com a finalização das obras deverão ser feitos os ajustes necessários e a respectiva transferência para as contas representativas dos bens.

Já nos bens móveis merecem destaque os itens aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos e laboratoriais, com aumento de R\$ 15.442.160,80; máquinas, equipamentos e utensílios diversos, com aumento de R\$ 21.701.460,43; e equipamentos de informática com uma participação no acréscimo de R\$ 25.829.896,62.

2.4.6 - Provisões a Longo Prazo: R\$ 3.387.238.840,70

Compreende os passivos de prazo ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada, destacando-se o valor de R\$ 2.547.707.997,58 referentes a provisões de benefícios previdenciários a conceder.

2.4.7 – Patrimônio Líquido: R\$ 6.617.612.579,72

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 18.424.099,39

A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. O incremento de R\$ 4.347.000,00 no exercício de 2017 refere-se a reavaliação de imóveis da UG 13.301 – AMAZONPREV.

b. Resultados Acumulados: R\$ 6.617.612.579,72

O saldo de resultados acumulados foi acrescido de R\$ 1.499.235.226,85, destacando-se o valor de R\$ 2.001.747.235,47 referente ao resultado patrimonial do exercício.

Os ajustes de exercícios anteriores também contribuem para apuração de resultados acumulados, contudo o resultado do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores.

Serão considerados ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos de mudanças de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

O saldo de ajustes de exercícios anteriores, apurado pela diferença entre ajustes positivos e negativos, resultou em R\$ 497.201.129,17 negativos, influenciado especialmente pelas despesas de exercícios anteriores aí contabilizadas. Destacamos, ainda, as incorporações e desincorporações de saldos para regularizações referentes a exercícios anteriores.

DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$
ESPECIFICAÇÃO	2017	
1 Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.424.099,39	
2 Resultados Acumulados	6.599.188.480,33	
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	6.096.842.153,19	
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(497.201.129,17)	
+ Resultado do Exercício	999.547.456,31	
3 Total Patrimônio Líquido (1+2)	6.617.612.579,72	

2.4.8 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro: R\$ 3.648.405.767,01

Corresponde à diferença entre o ativo financeiro no valor de R\$ 5.734.810.738,24 e o passivo financeiro de R\$ 2.086.404.971,23, resultando no total de R\$ 3.648.405.767,01, que está demonstrado por destinação de recursos no *demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial*.

2.4.9 – Quadro “Compensações”

Do lado dos Atos potenciais ativos, o item mais significativo representa os Direitos Conveniados e Outros Instrumentos com R\$ 905.092.653,02, sendo em sua maioria convênios de saída e congêneres. Do lado dos Atos Potenciais Ativos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 6.142.281.186,76, em sua grande maioria relativos a obras em execução (R\$ 5.131.316.455,06).

2.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais podem não se equivaler.

2.5.1 - Impostos: R\$ 8.583.708.251,80

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2017, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD. Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados, assim como os lançados, mas não pagos em 2017.

2.5.2 - Constituição de Provisões: R\$ 706.743.392,73

Este item sofreu redução significativa em relação ao ano anterior. É formado em quase sua totalidade (R\$ 694.206.476,57), de atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa especializada.

2.5.4 - Resultado Patrimonial do Período: R\$ 999.547.456,31

Representa o resultado do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As variações que se destacaram na influência do resultado positivo menor, em comparação ao exercício anterior, foram as transferências intergovernamentais concedidas no valor de R\$ 4.027.704.021,89, os Ganhos com incorporação de ativos no valor de R\$ 1.186.496.092,46 e a variação negativa referente à constituição de provisões, em sua maioria referente à atualização de provisões matemáticas do RPPS.

2.6 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

2.6.1 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Os valores apresentados nestes itens, em sua maior parte, referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens.

2.6.2 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 38.109.438,88, que correspondem a ingressos referentes a outras receitas de capital. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 78.745.362,15, correspondem a desembolsos referentes a outras despesas de capital.

4 – CONSOLIDAÇÃO


A consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. A consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

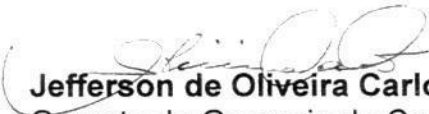
O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações.

Ademais, o próprio manual de contabilidade aplicada ao setor público, Parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, reconhece que “para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais”. Portanto, não se deve consumir tempo e recursos com pequenas transações que sejam difíceis de identificar.



Destaca-se ainda que para fins de envio das informações para a União via SICONFI, a própria Secretaria do Tesouro Nacional adotou pela Nota Técnica nº 4/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF a seguinte diretriz: quando não for possível identificar o nível de consolidação das transações “Intra-OFSS”, “inter-OFSS-União”, “inter-OFSS-Estado” ou “inter-OFSS município”, os valores deverão ser informados nas contas do PCASP identificadas com nível consolidação (5º dígito) igual a 1, a fim de evitar a exclusão indevida de valores.


Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM


Jefferson de Oliveira Carlos
Gerente da Gerencia de Contabilidade
Contador CRC-AM N° 09384